



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MUSEU MONSENHOR
ESTANISLAU WOLSKI

MENSAGEM Nº 010/2026

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, 13 DE JANEIRO DE 2026.

Aprovado por unanimidade do
em sessão pública.
Sessão 16/01/26

EGRÉGIA CÂMARA:
SENHOR PRESIDENTE:

Pres. Secretário

Ao cumprimentar cordialmente Vossas Excelências, vimos encaminhar o Projeto de Lei nº 008/2026 que *“Estabelece o índice para a revisão geral anual dos proventos de aposentadoria e as pensões, concedidos pela EC 41/2003 e pagos pelo regime próprio de previdência social - RPPS”*.

O projeto ora encaminhado visa à reposição salarial dos servidores inativos e pensionistas concedidos pela EC 41/2003, com o percentual de 3,90% (três vírgula noventa por cento).

Essa metodologia foi regulamentada pelo Art. 15 da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e alterada pela redação do art. 171 da lei nº 11.784 de 22 de setembro de 2008:

Art. 171. O art. 15 da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Os proventos de aposentadoria e as pensões de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, ressalvados os beneficiados pela garantia de paridade de revisão de proventos de aposentadoria e pensões de acordo com a legislação vigente.”

Assim, impõe-se à Administração Municipal adequar a legislação previdenciária, motivo que enseja a aprovação do presente projeto por essa Egrégia Câmara de Vereadores.

Sem mais para o momento, colhemos a oportunidade para enviar cordiais saudações.

FELISBERTO DOS SANTOS FERREIRA
Prefeito Municipal

A SUA EXCELENCIA O SENHOR
ROGÉRIO DE SANTIS MORAIS
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
NESTA CIDADE

Recb.
14/01/26
e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MUSEU MONSENHOR
ESTANISLAU WOLSKI

PROJETO DE LEI Nº 008/2026

Aprovado por unanimidade do
em 10/12/2026
Sec. de
Pres. Secretário

“ESTABELECE O ÍNDICE PARA A REVISÃO GERAL ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E AS PENSÕES, CONCEDIDOS PELA EC 41/2003 E PAGOS PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS”.

Art. 1º A revisão geral anual dos proventos e pensões concedidos através da Emenda Constitucional nº 41/2003, serão reajustados pela aplicação do índice de 3,90% (três virgula noventa por cento), a contar do mês de janeiro de 2026.

Art. 2º A despesa decorrente será atendida pelas dotações próprias do orçamento para o ano de 2026.

Art. 3º A reposição salarial de que trata o Art. 1º, deverá ser aplicada tendo como base os proventos e pensões do mês de janeiro de 2026.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar do mês de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES, 13 de janeiro de 2026.


FELISBERTO DOS SANTOS FERREIRA
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Vereadores

Santo Antônio das Missões - RS

TRABALHANDO EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO



PARECER JURÍDICO N.º 11/2026

Assunto: Análise do Projeto de Lei n.º 008/2026 – Revisão Geral Anual de proventos e pensões do RPPS.

I. RELATÓRIO

O PL n.º 008/2026, de autoria do Executivo Municipal, visa estabelecer o índice de 3,90% para a revisão geral anual dos proventos de aposentadoria e pensões concedidos pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com efeitos retroativos a janeiro de 2026.

II. ANÁLISE JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO

A matéria está em consonância com a estrutura jurídica vigente:

1. **Constitucionalidade Formal:** O PL é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo (Art. 55, III, LOM) e sua veiculação por lei ordinária é adequada (Art. 36, II, LOM). A retroatividade dos efeitos busca alinhar a legislação municipal com a atualização federal sobre previdência e não configura vício, assegurando a recomposição de direito.

2. **Constitucionalidade Material:** Não há violação às Constituições Federal/Estadual. A revisão geral anual (RGA) de proventos e pensões é direito assegurado (Art. 37, X, CF e Art. 76, LOM), visando apenas à recomposição inflacionária e não a ganho real, o que a dispensa de estudos de impacto orçamentário complexos (Art. 17, §§ 1º e 6º, LRF). A despesa está prevista para ser atendida por dotações orçamentárias próprias, e assim tendo a RGA o objetivo de meramente repor o poder de compra corroído pela inflação, a indicação de que será atendida por "dotações próprias do orçamento" é aceitável.

3. **Juridicidade e Legalidade:** O projeto observa o ordenamento jurídico, buscando adequar a legislação previdenciária municipal às normas federais pertinentes.

4. **Técnica Legislativa:** A redação atende às regras da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

III. CONCLUSÃO

O Projeto de Lei n.º 008/2026 é **juridicamente viável**. O quórum para sua aprovação é de **maioria absoluta dos vereadores**, considerando que a matéria trata de alteração de vencimentos/proventos e possui implicações financeiras (Art. 15, I, LOM).

Santo Antônio das Missões/RS, 16 de janeiro de 2026.


VANDERSON BARCELOS GODOI
ASSESSOR JURÍDICO - OAB/RS 94.396



Câmara Municipal de Vereadores

Santo Antônio das Missões - RS

TRABALHANDO EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

PARECER PROJETO DE LEI Nº 008/2026

A COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA, no dia 16 de janeiro de 2026, às 12h, reuniu-se nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, para fins de análise e parecer ao Projeto de Lei nº 008/2026, advindo do Executivo Municipal, que "Estabelece o índice para a revisão geral anual dos proventos de aposentadoria e as pensões, concedidos pela EC 41/2003 e pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS".

Em consonância com o que preconiza o art. 85 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, após análise, esta Comissão opina favoravelmente pela tramitação e votação do presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, 16 de janeiro de 2026.

CRISTIANO DUTRA NUNES
Presidente

JOÃO FLÁVIO SOUZA DA CUNHA
Secretário

THOMÁS BALBÉ SARMENTO
Relator